

GT 1 - JUVENTUDE E EXPERIÊNCIAS RELIGIOSAS

Levando em consideração a importância e a influência das vivências religiosas na realidade e no projeto de vida da juventude contemporânea, o GT “Juventude e Experiências Religiosas”, buscando discutir e promover o debate sobre tais temáticas, receberá trabalhos que discutam assuntos referentes à religião e à espiritualidade na juventude, tais como: vivências e experiências religiosas; espiritualidade e realidade juvenil; trânsito religioso na juventude; a relação do pluralismo, da secularização e do ecumenismo com as juventudes; tecnologia, mídia, comunicação, religião e as juventudes; religiosidade juvenil e política, participação, educação e temas contemporâneos; religião, juventude e projeto de vida; construção de identidade e socialização de jovens em contextos religiosos.

Coordenação: Dr. André Luís Araújo | João Elton de Jesus

[Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre as Juventudes - NEPEJ e Instituto Humanitas da UNICAP]

AS JUVENTUDES E A MISSIONARIEDADE SALESIANA: INTERVENÇÕES COMUNITÁRIAS COMO CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Ana Carolina Stefanini Leone
Mestra em Educação Sociocomunitária
Unisal - anacalstefanini@gmail.com

Resumo: Este artigo, de natureza conceitual, se pauta na filosofia e nas atividades das missões salesianas, baseadas na educação, no diálogo, na experiência de comunidade, no amor e na religião, como sinal de esperança e da novidade sempre viva de Deus. Elas nasceram em 1875, quando São João Bosco enviou um grupo de dez missionários para a Patagônia argentina. A ação do missionário (a) salesiano (a) volta-se à juventude, especialmente aquela desfavorecida. A partir deste trabalho de voluntariado missionário apresentam-se discussões sobre a prática do voluntariado, definido como intervenção comunitária por buscar promover que tanto os missionários, como os sujeitos das comunidades visitadas, reelaborem seus contextos de vida, (re) pensando a forma como organizam seu cotidiano a partir trocas interculturais e uma sensibilização para o outro e como a atuação da missionariedade possibilita ao jovem instituir novos referentes e ampliação da visão de mundo na construção de sua identidade. Como dinamismo missionário da igreja, o voluntariado não satisfaz somente as necessidades materiais das pessoas mais prejudicadas, mas procura levá-las a experimentar, de modo pessoal, a caridade de Deus. Sem fechar-se em um individualismo, a missionariedade tem sua compreensão que o voluntário traz como característica a congregação de seres humanos, em uma perspectiva de justiça social que se sustenta pela justiça cognitiva, não apenas a geração de novas alternativas para a superação a desigualdades, mas também de um pensamento que gera novas alternativas de tessitura da realidade. Também se articulam essas discussões com as conceituações de empoderamento e solidariedade. Como resultados, afirma-se que a missionariedade, quando trabalhada em uma perspectiva emancipatória e de transformação social, e fundamentada na necessária sistematização de fundamentos teóricos, colabora para construirmos vivências que favoreçam a emersão de formas menos desiguais de vida em sociedade. Constitui-se como fomentadora de uma ecologia de saberes, que é definida por Santos (2010) como a teia que representa a diversidade epistemológica de concepções de mundo das pessoas, reconhecendo e legitimando a existência da pluralidade de conhecimentos que caracteriza a humanidade. O que vai muito além da validação daquele conhecimento considerado científico, ajudando a desmistificar forças de poder, a reduzir preconceitos e a construir novos referenciais de realidade, tanto em nível individual como para a coletividade.

Palavras-chave: Voluntariado Missionário Salesiano. Intervenções comunitárias. Juventude. Identidade. Transformação Social.

INTRODUÇÃO

Dom Bosco, fundador da congregação Salesiana, voltou seu olhar para a expansão de seu trabalho a partir de um sonho:

Mas o que teve real influência em sua decisão foi o sonho sobre a Patagônia, tido em 1871 ou 1872. Estava em uma grande planície, em cujas extremidades se encontravam montanhas. Nela havia turbas de homens de aspecto feroz que a percorriam caçando animais ou combatendo contra soldados. Vieram missionários que tentaram,

sem êxito, converter aquelas tribos. Finalmente vieram os salesianos, precedidos por um grupo de jovenzinhos. E foram bem recebidos pelos indígenas. Procurou conhecer quem eram os homens a quem seus missionários se dirigiam no sonho. Foi o encontro com o cônsul argentino em Savona, Giovanni Battista Gazzolo, que lhe esclareceu tratar-se de indígenas da Patagônia (FERREIRA, 2013, p.13).

As missões salesianas nasceram em 1875, quando São João Bosco enviou um grupo de dez missionários para a Patagônia argentina. A filosofia de ação do missionário salesiano volta-se à juventude, especialmente aquela desfavorecida. Fundamenta-se na educação, pautada no diálogo, no amor e na religião. É necessário que os destinatários deste projeto sejam acolhidos com afeto, com um olhar alegre e otimista da realidade, sem, no entanto, se esquecer de uma perspectiva realista da vida e dos problemas, com constância e sensibilidade.

O formato estruturante do voluntariado missionário salesiano fortalece a convivência grupal, formações temáticas e ações missionárias em comunidades vulneráveis, ao longo do ano. Pretende-se que o missionário, universitário e/ou graduado, coloque à comunidade suas qualificações profissionais e pessoais; por meio de grupos de trabalho, trocas de experiências, celebrações, visitas às famílias das comunidades, oficinas e atividades socioeducativas, promovendo o intercâmbio voluntário-comunidade, numa via de mão dupla, e uma sensibilização para o outro, contribuindo para a superação das exclusões e marginalização social, uma vez que retifica um modo de conceber e tramam a realidade.

Para os salesianos, algumas características são essenciais para o trabalho missionário, dentre elas originar-se como decisão livre da pessoa, ter suas raízes em valores, como o da solidariedade e da gratuidade, promover uma nova atitude em relação à vida e apresentar-se sempre mais como sujeito social, diverso do Estado e do Mercado.

João Paulo II, em âmbito da Igreja, ao expressar-se sobre o voluntariado, afirmou que:

(...) constitui um autêntico sinal dos tempos e revela uma vida tomada de consciência da solidariedade que liga reciprocamente os seres humanos. Ao fazer com que os cidadãos participem ativamente da gestão dos serviços dos quais são destinatários e das diversas estruturas e instituições, o voluntariado contribui para imprimir aquele suplemento de alma que as torne mais humanas e respeitosas da pessoa (JOÃO PAULO II, 2001, p. 03).

Como dinamismo missionário da igreja, o voluntariado não satisfaz somente as necessidades materiais das pessoas mais prejudicadas, mas procura levá-las a experimentar, de modo pessoal, a caridade de Deus. Contudo, sem fechar-se em um individualismo, pois a missionariedade, embora intrínseca ao sujeito, tem como base a congregação de seres humanos, em uma perspectiva de justiça social.

As atividades de missionariedade se constituem como uma intervenção sociocomunitária, favorecedora de que tanto os missionários, como os sujeitos das comunidades visitadas,

reelaborem seus contextos de vida, (re) pensando a forma como organizam seu cotidiano, a partir de diferentes referências culturais, vivenciadas durante as tais atividades, incorporando saberes plurais, construindo um percurso reflexivo sobre os porquês devemos perpassar as linhas de exclusão social, que tantas vezes se mostram invisíveis. Mas cujo efeito se manifesta na perda de dignidade dos marginalizados.

O jovem que faz a escolha por se tornar agente missionário pode abrir seus horizontes para uma mudança de percepção na visão de mundo e da pessoa, colaborando na busca pela transformação social, por meio da defesa de que precisamos percebermos-nos como vivendo numa ecologia de saberes. Essa ecologia é definida por Santos (2010, p.33) como a teia que representa a diversidade epistemológica de concepções de mundo das pessoas, reconhecendo e legitimando a existência da pluralidade de conhecimentos que caracteriza a humanidade. O que vai muito além da validação daquele conhecimento considerado científico.

INTERVENÇÕES COMUNITÁRIAS

A comunidade se define como um espaço comum de ação recíproca, um lugar que dá origem, que sustenta o caráter relacional do indivíduo, numa relação mútua e viva, edificada pela reciprocidade. Cada ser humano contribui para isso, ao fazer-se presente ao outro com todo o seu ser, e ao permitir que o outro se faça presente a ele, para que o outro se torne um Eu (CARRARA, 2002, p. 98).

Valendo-nos desta conceituação de comunidade enquanto essencialidade relacional, entendemos que essa ação recíproca pode fundamentar-se teoricamente na abordagem do desenvolvimento humano denominada de “capacidades centrais” (NUSSBAUM, 2011), que destaca a associação inextrincável entre a pluralidade de modos de ser no mundo, e a liberdade individual, na promoção do desenvolvimento. Desenvolvimento que, nessa dupla vertente individual-social, também é imanentemente comunitário.

Ao teorizar a chamada abordagem do desenvolvimento humano, também intitulada de abordagem das capacidades, principalmente quando associada à colaboração de Nussbaum (2011), Amartya Sen (1999) relaciona tais abordagens à questão da defesa dos direitos humanos. Ambos os autores enfatizam, que ao se pensar em capacidades para o desenvolvimento, mira-se a qualidade de vida, que é distinta qualitativamente, de cultura para cultura. Isso é, não pode haver uma delimitação “exterior” valorativa quanto ao que seria qualidade de vida, para determinada sociedade: “(...) pontos como saúde, integridade corporal, educação e outros aspectos da vida individual não podem ser reduzidos a uma única métrica sem distorções. Sen, então, ressalta essa ideia de pluralidade e de não redutibilidade, elementos-chave nessa abordagem.” (BISSOTO 2015).

O conceito de capacidade, segundo Sen (1999), se define por não serem consideradas habilidades existentes dentro da pessoa, mas suas liberdades ou oportunidades criadas pela combinação de habilidades pessoais e o contexto político, social e econômico. Considerando-se a natureza específica de cada um desses contextos e também os efeitos potencializadores

que cada contexto assume sobre os demais. Para que haja a promoção do desenvolvimento humano, é necessário, então, que haja oportunidades, primando pela garantia de direitos, a partir da qual se pode ter a liberdade e o ensejo de escolher e agir. É diferente, por exemplo, quando uma política pública busca promover a saúde e quando, além disso, promove também a capacidade à busca pela saúde: essa última passa pelo conhecimento de estilo de vida e escolhas das pessoas, ao mesmo tempo que mobiliza a coletividade por reivindicar que o direito à saúde seja cumprido, validado.

Ao considerar-se a missionaridade como intervenção comunitária, acredita-se que a constatação determinante do processo de intervenção social é a essencialidade da comunicação, em sua raiz de mutualidade. Isso significa que se numa ação missionária um dos lados acreditar que conhece as necessidades e as respectivas soluções dessas necessidades, de um determinado grupo social, sem antes ouvi-las, e se o outro lado não sentir-se acolhido para expressar suas reais demandas, a ação missionária pretendida não poderá ser considerada como uma intervenção comunitária. E, conseqüentemente, a promoção do desenvolvimento humano e comunitário, que está no cerne da missionaridade, devendo envolver a todos os participantes, será falha.

Mediante isso, as proposições de intervenção missionária precisam passar não só pelo desejo de ajudar, mas também pela necessária reflexão e pela apropriação de conceitos, e pela autocrítica, pelo conhecimento da cultura e das especificidades da realidade em que se atuará o ambiente da intervenção, suas oportunidades e possíveis riscos.

Através das interações sociais a comunidade é perpassada pelas ações coletivas, que permitem que os indivíduos participem da criação, articulação e manutenção dos esforços designados para sustentar e/ou transformar as estruturas sociais. Dessa perspectiva, a participação e ação dos cidadãos, principalmente quando demonstram ou são baseadas em relações de cuidado ou de assumir responsabilidades mutuamente, são a base para o desenvolvimento da comunidade, como um fenômeno interacional. Nesse processo, a agregação de indivíduos cria uma entidade cujo todo é maior que a soma de suas partes (BRIDGER;BRENNAN;LULOFF,2011, p.03).

Um dos principais objetivos do trabalho missionário salesiano é, através das intervenções comunitárias, revelar as motivações e habilidades dos sujeitos da comunidade, para que possam junto trabalhar em vista dos bens comuns, impulsionando o bem-estar. É preciso que a comunidade alimente o sentimento de pertença, e que juntos, missionários e comunidade, agenciem o desenvolvimento em cenários caracterizados pela diversidade e desigualdade.

As intervenções comunitárias têm que ser baseadas no respeito ao outro, entendendo-o como uma via de mão dupla, em que se faz presente a dialogicidade, e o reconhecer e o acolher das pessoas em sua dignidade, resguardando sua liberdade de escolher e decidir, respeitando suas fragilidades e valorizando suas potencialidades, requer uma capacidade de organização, instigando a comunidade ao seu próprio desenvolvimento:

A intervenção comunitária enquanto intervenção socioeducativa

que procura catalisar e rentabilizar as potencialidades e recursos das comunidades, ao empenhar-se em fazer dos indivíduos, dos grupos e das comunidades participantes ativos do seu processo de emancipação e desenvolvimento pessoal/coletivo, tem vindo a afirmar-se como um meio de intervenção relevante na promoção da inclusão e mudança de situações sociais de auto e hetero-exclusão (ANTUNES; ALVES, 2009, p. 02).

Para que uma percepção de mundo baseada no bem comum realize sua emersão é imprescindível que possa se fazer presente a escuta e o diálogo, como apresenta Bissoto (2012) na definição de Educação Sociocomunitária:

A Educação Sociocomunitária, antes do que mais uma subdivisão ou uma especialização da educação, deve ser entendida como um processo: aquele de escuta – e assim de trazer à tona, de favorecer a emersão- das diferentes vozes que compõem as múltiplas educações, que vão nos configurando- construindo a nossa subjetividade- enquanto vamos sendo inseridos nas malhas de relações sociais, que constituem o viver. A escuta atenta destas vozes, colocá-las em diálogo, levantando a discussão de suas contradições e ideologias, é fundamental para que tenhamos uma tessitura da realidade mais crítica e emancipatória (BISSOTO, 2012, p. 62).

Isso se centra numa ética do cuidado, que afirma que todo ser humano possui a capacidade de cuidar, o que faz de nós seres éticos. O sentido de cuidar é inerente ao existir humano, pelo fato de “existirmos-com-o(s)- outro(s)-no-mundo. A ética do cuidar encerra um sentido de responsabilidade e dignidades fundamentais ao ser pessoa” (PERDIGÃO, 2003, p.485).

Relacionado também à ética, no que diz respeito às intervenções comunitárias, é necessário pensar nas questões relativas a valores, naquilo que interferem na “ação prático moral, os seus efeitos sobre a ordem humana e, mais particularmente, sobre o sentido e a qualidade ontológica do outro” (MATOS, 2009,p.177).

A verdadeira dimensão ética pressupõe e significa sempre, em cada escolha individual, a escolha do outro na sua liberdade (RICCEUR, 1993). Significa, portanto, seguindo as palavras de Martin Buber (1987), começar por si, mas não acabar por si; tomar-se como ponto de partida, mas não por fim; conhecer-se, mas não se preocupar consigo. É a aproximação do respeito pelo outro na sua liberdade, dignidade e diferença.

Para Boaventura de Sousa Santos (2010), diante de toda a mentalidade colonial, que ainda vigora na contemporaneidade, por meio do etnocentrismo, do sexismo e das segregações econômico-sociais, ao se fazer referência à comunidade (também no âmbito de intervenções comunitárias) requer também tratar de solidariedade e emancipação. Solidariedade

não apenas como conceito, mas irmanada à participação, expressão política da comunidade e efetivada pela racionalidade que congrega e media as subjetividades e sensibilidades humanas.

FUNDAMENTOS DAS INTERVENÇÕES COMUNITÁRIAS: O EMPODERAMENTO E A SOLIDARIEDADE

O conceito de empoderamento emergiu na década de 1970, com os movimentos sociais, que buscavam a democracia e a garantia dos direitos de cidadania. Ao analisar o conceito de empoderamento é importante tratar da necessidade dos sujeitos ganharem maior capacidade de intervenção sobre os seus próprios processos de vida, saindo da categoria de assujeitamento. Para Gohn, há dois sentidos de empoderamento na sociedade brasileira:

um se refere ao processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia; e o outro se refere a ações destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos etc. em sistemas geralmente precários, que não contribuem para organizá-los, pois os atendem individualmente através de projetos e ações de cunho assistencial (GOHN, 2004, p.23).

Atentando-se ao primeiro sentido, as intervenções comunitárias auxiliam neste processo, abrindo espaços e realizando ações que podem levar o indivíduo a empoderar-se, em uma metodologia de mediação. Nesse processo, as pessoas rompem com o estado de tutela, de dependência, de impotência, e transformam-se em sujeitos ativos, que lutam para si, com e para os outros, por mais autonomia, numa elevação da autodeterminação, tomando a direção da vida nas próprias mãos (HERRIGER, 2006, apud KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p.735).

A comunidade participa ativamente do seu processo de desenvolvimento e toma decisões que influenciarão suas perspectivas de melhoria. Quando se aborda a questão do empoderamento como processo, significa-se que os movimentos pelo empoderamento devem situar-se numa continuidade de longo prazo, na vivência da comunidade local pautada na reflexão crítica, construindo o respeito mútuo entre as pessoas, condição para que se tenha acesso a um compartilhar mais equitativo das condições de existência.

Sintetizando, a partir de alguns autores (VASCONCELLOS, 2003; SILVA; MARTÍNEZ, 2004; OAKLEY; CLAYTON, 2003 e WALLERSTEIN, 2002), definimos empoderamento como um processo dinâmico, que envolve aspectos cognitivos, afetivos e atitudinais. Significa aumento da capacidade de exercer poder, autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de

suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos ou processos sociais autônomos (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p.736).

O empoderamento revela também o desenvolvimento de uma consciência crítica, fundamentando a autonomia da voz e do pensamento do indivíduo. Significa (re)tomar o sentido de agência e de auto eficácia. Para que o empoderamento possa ser uma possibilidade, no contexto do controle social, conceituação foucaultiana, que parece regular a vida contemporânea, a cristalização das interações sociais, que mantêm o controle social, precisa ser rompida, e, em nosso entender, uma forma para que isso ocorra é quando o indivíduo reconhece e desmistifica essas relações de poder. A partir daí podendo constituir outras bases interativas, buscando torná-las mais equânimes.

Ao abordar a terminologia equânime durante toda a construção do conceito de empoderamento é cogente analisar o significado de solidariedade.

Etimologicamente, a origem da palavra “solidariedade” vem do latim “solidare”, que significa “solidificar”, “confirmar”. A origem é a mesma do adjetivo “sólido”, significando “que tem consistência, que não é oco, que não se deixa destruir facilmente”. A palavra solidariedade também remonta à expressão francesa *solidarité*, que remete à ideia de uma responsabilidade recíproca.

Diante destas definições, a solidariedade opera no sentido de elevar o outro da condição de objeto à condição de sujeito, ou seja, o esforço social pelo qual se reconhece e se entende o sujeito como figura partícipe na construção de uma realidade, que é tramada pela coletividade. Esse reconhecimento é que se designa por solidariedade.

Em uma sociedade em que o individualismo e o consumismo parecem estar crescentemente aparecendo como referenciais de vida, é necessário vislumbrar pensamentos e atitudes que vão contra este fluxo, na busca pela vida em plenitude, com o desenvolvimento das potencialidades pessoais e coletivas, a comunicação e o respeito entre aqueles que acima de tudo são seres humanos, em sua diversidade, A busca pela justiça social que se sustenta pela justiça cognitiva, não apenas a geração de novas alternativas para a superação a desigualdades, mas também de um pensamento que gera novas alternativas de tessitura da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A missionariedade salesiana visa disseminar a ideia de um voluntariado que suscita a vontade de mudar o mundo, não por idealismo, mas atraído pela ação, pelo compromisso e pela responsabilidade de mudar ao menos o seu próprio contexto e percepções de vida, uma incitação da cultura da solidariedade e da partilha.

Enquanto animadores, os missionários, enquanto atuam em comunidade, vão se descobrindo (valores são colocados em cheque, preconcepções, visões de mundo, etc.) nas atividades praticadas, suas fragilidades e fortalezas.

O ser humano é o resultado de seu processo de interpretar o mundo, a partir da convivência, que mantém com os outros membros da comunidade, sempre prevalecendo o “sendo” sobre o “é”, com a ideia de constante transformação. Interpretações que necessitam ser discutidas, respeitando a diversidade de perspectivas, que caracteriza o viver humano.

Na sociedade atual, pautada infelizmente pela intolerância e pela violência, pela idolatria do consumismo, é preciso ascender um movimento contrário, de envolvimento e relações humanas e reais, experienciando a felicidade pelo caminho da alteridade, considerando-a como “restituição ao sujeito dessa relação com o outro que é essencial para a realização de uma ética menos narcisista e para o desenvolvimento da identidade” (POLLO, 2001, p. 20).

Acreditamos que a discussão desta temática, tão relevante à sociedade, não termina aqui. Mas encerramos este artigo com um trecho escrito pela Irmã Adair Sberga, mulher salesiana dedicada aos estudos da missionariedade e do voluntariado jovem, que diz que:

O voluntariado propicia ao jovem a descoberta de si mesmo, das suas riquezas humanas e potencialidades; desperta para o espírito de liderança e trabalho em grupo; contribui para a responsabilidade pessoal e social; favorece a maturação sexual e afetiva com o exercício do aperfeiçoamento na capacidade de amar e na disponibilidade de doar-se; orienta para o futuro, com a capacidade positiva da projetualidade, a qual funciona como um eixo estruturante da personalidade e como dinamismo de motivação para traçar projetos, reconsiderar as próprias escolhas, empenhar-se no bem do próximo, repensar o sentido da vida... O voluntariado efetuado na gratuidade e solidariedade leva o jovem, naturalmente, a dar novo e profundo significado para a sua vida e para a vida dos outros (SBERGA, 2001,p.14).

Que as pessoas, ao buscarem deixar sua marca no mundo, entendendo que é necessário o olhar ao outro, o estender a mão, o trabalhar em conjunto, se conectem com outros que também buscam essa transformação, em uma tentativa de juntos desmistificar conceitos, reduzir preconceitos e construir novos referenciais para a promoção de um mundo melhor e mais equânime.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, M. da Conceição P.; ALVES, Paula P. R. **Intervenção comunitária e inclusão social**. Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, 2009.

BISSOTO, Maria Luísa. In: **Educação Sociocomunitária: tecendo saberes**. São Paulo: Alínea, 2012.

_____. **Metodologia e Intervenção – As capacidades centrais**. Abril, 2015.10 p. nota de Aula. UNISAL, 2015.

_____. **Práxis Social e Práxis Comunitária**. Maio, 2014. 10 p. nota de Aula. UNISAL, 2014.

BRIDGER, J.C; BRENNAN, M.A; LULOFF, A.E. **The interactional approach to community**. In J.W. Robinson, Jr, Gary Paul Green, Introduction to community development: Theory, Practice, and service-learning, 2011.

BUBER, Martin. **Sobre comunidade**. Trad. Newton Aquiles von Zuben. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CARRARA, Ozanan Vicente. **A relação em Martin Buber**. Mimesis, Bauru, v. 23, n. 1, p. 81-98, 2002.

FERREIRA, Antonio da Silva. **Não basta amar...A pedagogia de Dom Bosco em seus escritos**. São Paulo: Editora Salesiana, 2008.

_____. **Salesianidade: Dom Bosco e as missões**. Boletim Salesiano, Publicado em 07 de outubro de 2013. Disponível em: <http://boletimsalesiano.org.br/index.php/component/k2/item/95-salesianidade-dom-bosco-e-as-missões>. Acesso em: 10 de nov. 2014.

GOHN, M. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, mai./ago. 2004.

JOÃO PAULO II. Discurso aos voluntários da diocese de Roma. (10 de novembro de 2011).

KLEBA, Maria Elisabeth; WENDAUSEN Agueda. **Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política**. Saúde e Sociedade. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

MATOS, Manuel. **Da intervenção comunitária à mediação comunitária**. Educação, Sociedade & Culturas, nº 29, p. 175-189, 2009.

NUSSBAUN, M. **Creating Capabilities**. Belknap Press, 2011.

PERDIGÃO, Antonia Cristina. **A ética do cuidado na intervenção comunitária e social: Os pressupostos filosóficos (*)**. Análise Psicológica, 4 (XXI): 485-497, 2003.

POLLO, Mario. Prefácio do livro: **Voluntariado jovem – Construção da identidade e educação sociopolítica** – Adair Aparecida Sberga, Editora Salesiana, São Paulo, 2001.

RICOEUR, Paul. **Avant la Loi Morale: l'Éthique**. In Enciclopaedia Universalis. Symposium – Les Enjeux. (Vol 1. p. 62-66), 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa ; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo; Editora Cortez.2010.

_____. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SBERGA, Adair Aparecida. **Voluntariado jovem – Construção da identidade e educação sociopolítica**. Editora Salesiana, São Paulo, 2001.

SEN, Amartya. Nuevo examen de la desigualdad. Alianza, Madrid. 1999.

SILVA, C.; MARTÍNEZ, M. L. **Empoderamiento: proceso, nivel y contexto**. Psykhe, Santiago/Chile, v. 13, n. 1, p. 29-39, maio de 2004.

JOVENS (S)EM MOVIMENTO: UM ESTUDO PRELIMINAR SOBRE O FENÔMENO DOS GRUPOS DE JOVENS PAROQUIAIS CATÓLICOS

Denny Junior Cabral Ferreira
Mestre em Ciências da Religião
UEPA - dennyover@gmail.com

Resumo: A proposta desta comunicação corresponde a um estudo preliminar tendo como objeto àqueles grupos de jovens católicos, de organização autônoma, de atuação paroquial, e que não se identificam com nenhuma expressão específica de juventude institucionalizados pela Igreja Católica. São expressões juvenis que a princípio não possuem a identidade e/ou espiritualidade diretamente ligada a uma das quatro grandes categorias histórico-metodológicas preconizadas pela Igreja Católica no Brasil, a saber: os Movimentos Eclesiais de Jovens, as Congregações Religiosas que trabalham com jovens, as Pastorais da Juventude (PJ's), e as Novas Comunidades Católicas. Atualmente o modelo defendido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) gira em torno de uma *Pastoral Juvenil* e que, apesar da autonomia de tais grupos paroquiais, os mesmos estão sendo sistematicamente convocadas a se inserirem nacionalmente em tal proposta, constituindo-se em termos efetivos numa quinta categoria de trabalho pastoral juvenil. A questão de fundo é sondar, no atual cenário católico brasileiro, quais as possíveis implicações sobre o conjunto de representações que compõe o imaginário coletivo dessas organizações juvenis a partir das categorias de identidade e da institucionalidade. Aventar quais as bases sociológicas, teológicas e antropológicas que justificariam tal fenômeno e se é salutar para os mesmos o enquadramento neste esquema pastoral, avaliando possíveis modelos, cenários ou tendências. A metodologia adotada foi a de pesquisa bibliográfica e qualitativa com base em dados preliminares de outras fontes de pesquisa e da própria CNBB. Ventilou-se hipóteses com base comparada nas demais expressões juvenis católicas, em especial as Pastorais da Juventude e da Renovação Carismática Católica (RCC), no aparelho eclesiológico católico e em sua sociologia como instituição em um cenário pós-moderno e secularizado. Conclui-se que o fenômeno se beneficia da bricolagem de cenários de uma igreja plural, fragmentada e pós-moderna defendido pelo teólogo católico João Batista Libânio (2012), mas possivelmente se insere na tendência modernizadora-conservadora quanto ao um possível *ethos* cultural e religioso típico do catolicismo contemporâneo. Tal estudo é preliminar, merece ser aprofundado e carece de pesquisas de campo para uma delimitação e caracterização mais precisa diante da cultura juvenil religiosa brasileira, seja para propor e testar as hipóteses levantadas, seja para etnografar o fenômeno e por fim, identificar os aspectos pastorais, teológicos e sociorreligiosos que caracterizam e justificam a opção pastoral desses grupos de jovens autônomos.

Palavras-chave: Culturas juvenis. Catolicismo. Pluralismo secular. Pastoral Juvenil.

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é um estudo preliminar tendo como objeto àqueles grupos de jovens católicos, de organização autônoma, de atuação paroquial, e que não se identificam com nenhuma expressão específica de juventude, ou seja, não têm uma identidade e/ou espiritualidade diretamente ligada a uma das quatro grandes categorias de trabalhos pastoral preconizadas pela Igreja Católica no Brasil: as Pastorais da Juventude, os Movimentos Eclesiais de Jovens, as Novas Comunidades Católicas ou mesmo, as Congregações Religiosas que trabalham com jovens, nomenclatura adotada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Este fenômeno, recentemente chamou a atenção da própria CNBB, por meio da sua Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude (CEPJ) que, através de questionário eletrônico promoveu entre novembro de 2016 e fevereiro de 2017, um mapeamento desses grupos, com o intuito inicial de promover um primeiro encontro nacional com representantes dos mesmos, realizado em Aparecida/SP, 30 de abril de 2017. Segundo as palavras de então assessor da Comissão, Pe. Antonio Ramos: “nosso objetivo é enviar as cartas oficiais do presidente da Comissão, Dom Vilsom Basso, bem como, os subsídios Laços Fé e Vida, produzidos especificamente para esse público. Também daremos início ao processo de representatividade dessa realidade na coordenação nacional de jovens da Pastoral Juvenil”¹. Ou seja, a CEPJ possui metas de acompanhamento para esse segmento, além de promover a representatividade institucional dos grupos paroquiais, dentro da estrutura da Coordenação Nacional da Pastoral Juvenil, atualmente o modelo de trabalho pastoral adotado pela CNBB para evangelização da juventude brasileira. Justifica o referido assessor “é muito importante mapear esses grupos de jovens paroquiais com realidades plurais e em diversas partes do país, para que a Igreja no Brasil pense em mecanismos de acompanhamento desses milhares de jovens”. Um segundo encontro foi realizado em 2018 e um terceiro em abril de 2019, sendo que a pauta deste é “[...] consolidar o *regimento* que deverá orientar a missão dos Grupos Jovens Paroquiais no Brasil” assim como o processo de indicação de dois jovens para comporem, juntamente com representantes das quatro categorias citadas anteriores, a Coordenação Nacional de Jovens da CNBB².

Grupos de jovens católicos de atuação paroquial, de organização autônoma e sem filiação a uma expressão juvenil já organizada, são conhecidos no cotidiano das comunidades católicas Brasil afora. Contudo, há um aparente crescimento e manutenção desse fenômeno. Como se explica o fenômeno desses grupos de jovens católicos, paroquiais e autônomos que desejam viver uma espiritualidade comunitária, independente dos modelos das Expressões Juvenis já organizadas? É possível situá-los em algum cenário de Igreja e quais tendências os mesmos assumem na sociologia religiosa católica? Como entendem a necessidade ou não da representatividade e da possibilidade de institucionalidade? Há singularidades que justificariam esse fenômeno ou tratasse de um modismo passageiro?

METODOLOGIA

O critério metodológico para esta pesquisa teve como base a pesquisa do tipo qualitativa, de teor bibliográfico. Utilizou-se fato material bibliográfico apoio em artigos e dissertações próximas ao objeto estudado. O aspecto quantitativo é escasso, o levantamento não apontou nenhuma outra pesquisa com o objeto em questão em andamento ou finalizada, exceto casos específicos e que fogem a categorização paroquial aqui proposta.

1 Jovens Conectados, notícia de 13 de março de 2017 in: www.jovensconectados.org.br.

2 CEPJ. Carta ao Grupos de Jovens Paroquiais, Brasília, 12 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://jovensconectados.org.br/o-conecta-esta-de-volta-abertas-as-inscricoes-para-o-encontro-nacional-dos-grupos-de-jovens-paroquiais.html>. Acesso: 15 de fev de 2019.

O fenômeno de grupos juvenis católicos, paroquiais e autônomos, não apresenta bibliografia específica que possa ser citada, utilizando-se este trabalho de pesquisas de autores referente as sociologias da juventude católica e de dados preliminares fornecidos pela CEPJ da CNBB, tornando-se este texto preliminar um trabalho pioneiro na temática.

RELIGIÃO E JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE

A religião se consolidou como uma das principais formas de organização grupal da juventude nos tempos atuais. Aproximadamente 20% dos participantes dos grupos de oração do movimento carismático católico e dos cultos das igrejas pentecostais são jovens (PRANDI, 1998, p. 164). No entanto, apenas uma pequena parcela da juventude brasileira (15%) está organizada em alguma associação ou entidade. Novaes (2005, p. 267, 270) destaca que os jovens evangélicos estão predominantemente entre os mais pobres e os jovens católicos, apesar de estarem em todas as classes sociais, também são mais numerosos entre os empobrecidos.

Tome-se como exemplo alguns dados da pesquisa Agenda Juventude Brasil (PINHEIRO, 2013), realizado em 2013, por sua vez, atualizando dado da Pesquisa da Fundação Perseu Abramo (INSTITUTO CIDADANIA, 2004; NOVAES, 2005): os jovens que afirmam ter uma religião era de 65% em 2003 para 55% em 2013; 22% declaram-se evangélicos em 2003 e no ano de 2013 passam a ser 29% (protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais); 1% se dizem ateus ou agnósticos em ambos levantamentos; 10% em 2003 se diziam não professar nenhuma religião mas creem em Deus, em 2013 passam a ser de 15%. Os dados indicam que a religião, institucionalizada ou não, está presente como tema na vida do jovem brasileiro contemporâneo, cujo perfil reflete o cenário nacional: o decréscimo dos católicos e o aumento dos neopentecostais e do sem-religião (FERNANDES, 2009; 2017).

Atente-se ao movimento pentecostal que é amplo e globalizado, atingindo a Igreja Católica desde os idos de 1960 com a Renovação Carismática Católica (RCC) e a cosmovisão compartilhada pelas Novas Comunidades Católicas no presente, em grande parte, resultantes do movimento carismático. Sofiati (2012), defende que a juventude dos anos 2000 é socializada principalmente nos movimentos carismáticos católicos, pentecostais e neopentecostais, em sua manifestação mais recente chamada de “terceira onda”, sendo o *locus* onde se articula majoritariamente a juventude brasileira na atualidade. Por outro aspecto há a perda do domínio das PJ's a partir de 1990, cuja gênese ideológica é alheia ao movimento pentecostal.

Tal tendência se crise agravada no campo institucional, segundo Aubrée (1996, p. 78), é “sobretudo no campo religioso que se deu a maior expressão desses ‘movimentos comunitários’ que, em muito diferem dos ‘movimentos sociais’”. Essa mudança de contexto influenciou no método e nas opções de organização dos jovens católicos que passaram de uma organização predominantemente política, preocupada com a questão da cidadania (a exemplo das CEB's e pastorais de juventude e sociais) para uma organização comunitária voltada para a identidade e vida pessoal, presentes nas comunidades de vida e aliança da RCC e mais recentemente das Novas Comunidades Católicas. Ou seja, o modelo pastoral

progressista-reformador-libertador é gradualmente suplantado por um modelo comunitário-intimista-personalista que passa a desacreditar toda uma estrutura historicamente constituída em torno de um modelo de pastoral e evangelização católico, reposicionando a hierarquia católica que, estrategicamente, passou a apoiar e incentivar o *modus operandi* dessas organizações católicas supostamente mais adaptadas e receptivas ao atual cenário simbólico-religioso e na administração dos bens religiosos, em especial o fiel jovem que, na avaliação de Libânio, “trata-se do perfil juvenil cristão predominante no atual contexto” (LIBÂNIO, 2013, p. 41).

PROPOSTA DE LEITURA PARA A IGREJA CATÓLICA DO BRASIL

Sofiati e Moreira (2018) afirmam que a despeito da diversidade interna que é o catolicismo brasileiro, diversos autores propuseram modelos para interpretá-lo, sem as vezes distinguir a instituição católica do catolicismo. A exemplo da proposta de teor etnográfico de Camurça (2013) que divide os fiéis católicos entre carismáticos, paroquianos, membros das CEBs e das novas comunidades. Em síntese, Sofiati e Moreira (2018, pág. 289) “entendemos que a instituição é mais presente entre os ‘paroquianos’ e mais distante dos outros segmentos apresentados”.

Libânio por sua vez, utiliza-se de *cenários institucionais*, e propõe inicialmente que no Brasil há quatro: Igreja Institucional, Igreja da Pregação, Igreja da Práxis Libertadora e a Igreja Carismática (LIBÂNIO, 1999). Todavia, Sofiati (2012) apropriando-se do referencial de Löwy e Gramsci, utiliza o termo *tendência* em vez de cenário proposto por Libânio, um conceito que indica movimento social: nesse caso, os grupos ligados à TdL como as Ceb's, Pastorais Sociais e PJ's são nomeados como radicais, ao lado dos reformistas, tradicionalistas e modernizadores-conservadores. Ao atualizar sua obra, Libânio (2012) atentou sobre um quinto cenário: o de uma Igreja plural, fragmentada, pós-moderna, e que corresponderia a uma bricolagem ou simbiose dos quatro cenários anteriores postulados, onde “o novo cenário consista precisamente em nova maneira de viver o conflito, preferindo prescindir das tensões a enfrentá-las bem no espírito pós-moderno” (LIBÂNIO, 2012, pág. 10). Avalio que é neste cenário pós-moderno é uma, senão a principal, chave de leitura para ajudar a categorizar ou delimitar o fenômeno dos grupos de jovens católicos paroquiais e autônomos e quais relações e implicações possíveis aliado a interpretação dinâmica de inspiração gramsciana utilizado por Sofiati em suas pesquisas.

Independente da leitura eclesiológica feita – Martins (2009, pág. 128) postula que há na conjuntura uma forte concorrência religiosa, da emergência de práticas cada vez mais individualistas entre os fiéis, do relativo empoderamento do leigo católico, do livre acesso a informação e ao consumo promovidos pela internet e seu papel convergente na cultura moderna e da massificação nas comunicações e relações, aliados a um cenário globalizante. O catolicismo tende a se tornar mais diversificado e menos controlável em termos de trocas simbólicas com outras religiões e até mesmo com a cultura midiática, um catolicismo mais plural na forma, todavia conservador no conteúdo.

O processo analisado aqui traz à luz a questão dos motivos que levaram os jovens católicos a mudarem seu perfil de organização. Uma das respostas seria afirmar que nos anos 1970 e 1980 predominavam os movimentos sociais como referência para grande parte da juventude organizada. Nesse período as PJs tinham uma identificação e uma organização muito vinculada aos principais setores sociais da esquerda brasileira. Nos anos 1990 e 2000 há um predomínio dos movimentos comunitários e culturais cuja característica principal, segundo Aubrée (1996, p. 77), é “a afirmação pública de um conjunto de valores referentes a uma identidade particular e não mais a cidadania enquanto afirmação de direitos civis para todos”, quadro que era predominante dos movimentos sociais. Desde os anos 1990/2000, Camurça *et al* (2009) aponta a crescente “pentecostalização católica” promovida pela RCC; paralelo ao surgimento de um catolicismo midiático (a exemplo da Canção Nova, misto de Nova Comunidade, TV e Rádio) e experiência universitária dos GO – Grupos de Oração, dois circuitos em que os grupos progressistas e institucionais católicos pouco adentram, como fundamentais para se entender o sucesso do perfil católico modernizador-conservador na leitura defendida por Sofiati.

O FENÔMENO DOS GRUPOS DE JOVENS PAROQUIAIS

Como amostra da dimensão do fenômeno, a Tabela 1 corresponde a participação percentual por Estado dentre os 247 respondentes do primeiro e até o presente único levantamento, realizado por meio de questionário eletrônico, promovido pela CEPJ da CNBB. Há 21 estados representados (as exceções são Amazonas, Amapá, Roraima e Tocantins, todos da Região Norte; Piauí e Rio Grande do Norte no Nordeste). São Paulo (22%), Rio de Janeiro com (18,62%), Paraná (12,55%) e Minas Gerais (10,53%) são os quatro mais bem representados, todo no eixo sudeste-sul enquanto que Acre e Rondônia (ambos com 0,4%), o Distrito federal (0,81%) e Sergipe (1,21%) são os menos representados. Os 247 grupos de jovens paroquiais estão distribuídos em 115 dioceses, ou seja 41,81% das 275 circunscrições eclesiais católicas brasileiras, distribuídos em 193 (1,75%) paróquias num universo de mais de 11 mil em todo o país, ou seja, há uma boa distribuição diocesana e o fenômeno se concentra nas paróquias do sul-sudeste do país.

Estado de Origem	Quantidade	%
Acre AC	1	0,40%
Rondônia RO	1	0,40%
Distrito Federal DF	2	0,81%
Pará PA	3	1,21%
Sergipe SE	3	1,21%
Espírito Santo ES	4	1,62%
Mato Grosso do Sul MS	4	1,62%
Paraíba PB	4	1,62%
Rio Grande do Sul RS	4	1,62%

Alagoas AL	5	2,02%
Maranhão MA	5	2,02%
Bahia BA	6	2,43%
Pernambuco PE	7	2,83%
Santa Catarina SC	7	2,83%
Goiás GO	8	3,24%
Ceará CE	9	3,64%
Mato Grosso MT	16	6,48%
Minas Gerais MG	26	10,53%
Paraná PR	31	12,55%
Rio de Janeiro RJ	46	18,62%
São Paulo SP	55	22,27%
TOTALIZAÇÃO	247	100,00%

Fonte: Questionário eletrônico nacional, meses de novembro de 2016 a fevereiro de 2017. Comissão Episcopal para a Juventude, CNBB

Apresento na sequencia dois recortes mais específicos que emergiram em outra pesquisa³ desenvolvida no Regional Norte 2 da CNBB (Pará e Amapá) – ano de 2017, vide Tabela 2.

Neste recorte, 60% dos casos, segundo os *perfis pesquisados* os identificam como sendo grupos de jovens de *Outras Expressões Juvenis*, visto que quase todas se organizam a partir do modelo de grupo de base. Chama a atenção o fato que 4,6% o são assessorados por *Outras Expressões* e que em 7,7% a PJ não os atinge, demonstra a incapacidade da PJ em “arrebanhá-los”, para se utilizar de uma expressão tipicamente pastoral. Os 7,7% dos casos em que a diocese ou prelazia é quem faz esse acompanhamento o é em virtude do Setor Juventude Diocesano. 16,2% *não se identificam com a proposta da PJ* e aqui representam o objeto deste artigo.

3 O trabalho corresponde à pesquisa de mestrado do Programa de pós-graduação em Ciências da Religião – Universidade do Estado do Pará, na linha de Movimentos e Instituições Religiosas, intitulada “Se a Juventude viesse a faltar, o rosto de Deus iria mudar”: Um estudo da atualidade teológica da Pastoral da Juventude no Regional Norte 2 da CNBB (Pará e Amapá) frente aos seus *stakeholders*” desenvolvida entre os anos de 2015-2017, pelo autor deste artigo. Páginas 94-97.

Perfil		Amostra	Qual a motivação da existência de grupos de jovens que não se identificam como PJ?					
		%	Grupos de Outras Expressões	Não se identificam com a PJ	São assessorados por Outras Expressões	Igreja Local possui sua própria metodologia específica	A PJ não os atinge	Outro
Quadro Geral		100,0%	60,0%	16,2%	4,6%	7,7%	7,7%	3,8%
Perfil 1	Bispos, Coordenadores de Pastoral, Sacerdotes e Religiosos/as	8,5%	72,7%	9,1%	-	-	18,2%	-
Perfil 2	Secretariado, Lideranças de Pastoral, Movimento e Organismo	7,2%	66,7%	-	-	22,2%	-	11,1%
Perfil 3	Grupos de Base; Coordenadores e Assessorias da PJ	55,6%	63,4%	12,7%	7,0%	7,0%	7,0%	2,8%
Perfil 4	Militantes da PJ	16,3%	52,2%	21,7%	4,3%	8,7%	8,7%	4,3%
Perfil 5	Lideranças de Outras Expressões Juvenis	12,4%	43,8%	37,5%	-	6,3%	6,3%	6,3%

Fonte: Pesquisa de campo realizada nos estados Pará e Amapá, meses de fevereiro a maio de 2017.

Os 16,2% são em função de lideranças desses grupos de jovens que, apesar da metodologia similar, não se identificam com a proposta da PJ e nem de Outras Expressões Juvenis. Para o universo da Igreja no Regional Norte 2 é um dado interessante, o que nos indicam pela amostra nacional assim como neste recorte mais específico que os grupos de jovens paroquiais autônomos, possivelmente estavam invisibilizados e, passaram a serem notados, quando da configuração de setores diocesanos (e mesmo paroquiais) de juventude, pois nesse novo modelo de setor, passam a ganhar visibilidade com iniciativa da própria CNBB, já que não se sentem representados por quatro segmentos juvenis formalizados. São autônomos e independentes.

SETOR JUVENTUDE E A PASTORAL JUVENIL COMO PROPOSTA DE BRICOLAGEM?

Em agosto de 2007, a juventude é escolhida como tema da Assembleia dos Bispos do Regional Norte 2, pautada no Documento 85 da CNBB “Evangeliização da Juventude: Desafios e Perspectivas Pastorais”. A partir de 2013, com a publicação Documento de Estudo nº 103 da CNBB “Pastoral Juvenil no Brasil: Identidade e Horizontes” introduz-se o conceito de Pastoral Juvenil, como sendo:

[...] a organização da ação da Igreja, presente em cada uma das expressões juvenis ou na articulação entre elas, que garante a Evangelização da Juventude. Anteriormente, toda a Pastoral Juvenil no Brasil era conhecida com o nome de Pastoral da Juventude (PJ). A partir do documento 85, ao reconhecer a significativa presença eclesial das demais expressões a favor dos jovens, a Pastoral Juvenil se compreende, principalmente, como a ação organizada eclesial de cada uma delas e de todas elas em conjunto (CNBB, Pastoral Juvenil no Brasil – Identidade Horizontes, p. 95).

O documento não cita os grupos de jovens paroquiais autônomos, todavia abre o precedente para sua institucionalização, pois a referida Pastoral Juvenil é toda ação de cada expressão juvenil e do conjunto, pois valida a atuação, independente da história, pressupostos pastorais ou pedagógicos. É a formalização no aparelho eclesiológico católico que suplanta um modelo pastoral progressista-reformador por um modelo comunitário-intimista-personalista e que passa a desacreditar toda uma estrutura historicamente constituída, conforme apontado por Sofiati em suas pesquisas, visibilizando um quadro heteronômico de fazer pastoral.

Um cenário de Igreja heteronômico seria, em certa medida, até positivo, na medida que o pluralismo pastoral mascara o conflito e o discurso oficioso é da diversidade (comunhão, unidade, etc...) – e que são bases às propostas revisionistas como a Pastoral Juvenil e o Setor Juventude Diocesano – pautadas e justificadas pela conjuntura diversa, plural, fragmentada e multicultural da juventude brasileira. Nesta leitura, o que chama a atenção é que aproximar, no sentido de buscar uma unidade articuladora, expressões juvenis católicas de matrizes tão diferentes, em que na maioria dos casos, o único ponto em comum que partilham são o mesmo público; pois apesar de possuir como objetivo a evangelização juvenil – a própria compreensão do que vem ser a evangelização é diferenciada, pois parte de sociabilidades diferentes, na forma de *ser jovem católico* e cujas pedagogias são naturalmente incompatíveis em diversos aspectos.

Campos (2010) pressupõe haver uma profunda crise no sistema paroquial católico-romano. Há uma situação de mal-estar na forma tradicional de ação da Igreja Católica nas cidades — o sistema paroquial. Estabelecido na Europa do final do primeiro milênio da Era cristã, o sistema paroquial nunca foi a única maneira de a Igreja marcar presença na vida cotidiana das pessoas. Sempre existiram outras formas comunitárias de manifestação da fé católica nos

monastérios e ordens religiosas. De semelhante modo, nos meios protestantes surgiram, no século passado, “movimentos para-eclésiásticos”, que atuam à margem da Igreja-situada-no-local-de-residência dos fiéis, sem contar “novos ministérios” entre os pentecostais.

Segundo Cecília Mariz (2006, pag. 53), entretanto, essa crise também parece estar sendo acompanhada por um relativo reavivamento religioso. Isto é, a competitividade criada por uma situação de pluralismo religioso fomentou uma maior participação confessional, maior mobilização religiosa e aumento no fervor e na prática dos fiéis. Os discursos também aparecem mais engajados no campo moral e ético, ávidos por controlar sistemas sociais e retomar a estabilidade doutrinária, sem qualquer compromisso com as exigências da racionalidade moderna (CARRANZA, 2006, pág. 72-73).

Configura-se no cenário católico brasileiro “a tendência em curso indica a afirmação ‘de uma visão cada vez mais pessoal da religião’, dispondo os sujeitos de ‘dispositivos de sentido’ singulares, seja pontuado pelo sincretismo ou pela bricolagem” (TEIXEIRA; MENEZES, 2013, pág. 21), onde o deslocamento interno provocado pelas mudanças culturais da modernidade não atingiu diretamente uma Instituição estática ou fixada de uma vez para sempre num sistema paroquiano de origem feudal. Pelo contrário, o campo religioso sempre esteve em mutação e seu dinamismo, que pode ser descrito a partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu, nunca deixou de colocar em relações assimétricas diferentes atores como os leigos, os profetas, a classe sacerdotal e mágica. Tais relações são conflitivas também fazem parte do cenário de poder que está sendo desenhado pelas novas comunidades católicas e pelos grupos de jovens paroquiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda é prematura e não é possível situar o fenômeno desses grupos de jovens católicos, paroquiais e autônomos, em algum cenário de Igreja no Brasil e quais tendências os mesmos assumem na sociologia religiosa católica, pois carecem de trabalhos específicos de campo. Contudo tal fenômeno se beneficia em alguma medida dos cenário de uma igreja plural, fragmentada e pós-moderna defendido por Libânio (2012) e possivelmente se insere na tendência dos grupos modernizadores-conservadores quanto ao um possível *ethos* cultural e religioso.

Seria prematura afirmar que como percebem a necessidade ou não da representatividade e da possibilidade de institucionalidade promovidas pela CNBB, mas a julgar pela perene e aparente crescente representatividade em seus encontros nacionais, há uma resposta positiva e que não indicam, a priori, a construção de uma identidade comum a grupos tais diversos. Não avalio que se trate de um modismo passageiro e credito que tal fenômeno venha a se consolidar no futuro, respondendo a uma quinta categoria diante dos quatro atuais.

Este estudo é um esforço ainda incompleto, possíveis continuidades ou atualizações podem ser feitas a partir ou com base na presente pesquisa, a qual sugere-se continuar acompanhando os desdobramentos da iniciativa da CNBB e realizar uma pesquisa-intervenção

no sentido de etnografar tais grupos e realizar uma análise de discurso com base em recortes diversos com o objetivo de testar as hipóteses levantadas e propor novas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena W.; BRANCO P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

AUBRÉE, Marion. “Tempo, História e Nação (o curto-circuito dos pentecostais)”. *Religião e Sociedade*, nº 17 (1-2), p. 77-88, Rio de Janeiro, 1996.

CARRANZA, Brenda. Catolicismo Midiático. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CAMURÇA, Marcelo; CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília Loreto. *Novas comunidades católicas: em busca do espaço pós-moderno*. Aparecida: Ideais e Letras, 2009.

CAMPOS, Leonildo Silveira. *Novas Comunidades Católicas ou crise do sistema paroquial?* *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 30(1): 188-200, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rs/v30n1/a12v30n1.pdf>. Acesso em: 15 de fev de 2019.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. *Revista de Estudos da Religião dez/2008*. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv4_2008/t_campos.pdf. Acesso: 12 de fev de 2019.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Evangelização da Juventude: desafios e perspectivas pastorais*. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. *Pastoral Juvenil no Brasil: Identidade e Horizontes*. Brasília: Edições CNBB, 2013.

FERNANDES, Silvia. Desvinculação religiosa entre os jovens é maior do que a adesão ao pentecostalismo. Entrevista especial com Silvia Fernandes - Instituto Humanitas Unisinos – IHU. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/566902-desvinculacao-religiosa-entre-os-jovens-e-maior-do-que-a-adesao-ao-pentecostalismo-entrevista-especial-com-silvia-fernandes>. Acesso: 10 de fev de 2019.

FERREIRA, Denny Jr C. “Se a Juventude viesse a faltar, o rosto de Deus iria mudar”: Um estudo da atualidade teológica da Pastoral da Juventude no Regional Norte 2 da CNBB (Pará e Amapá) frente aos seus *stakeholders*. Belém: Dissertação de Mestrado, PPGCR/UEPA, 2017.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude. Documento de conclusão*. São Paulo, Instituto Cidadania, 2004.

LIBÂNIO, J.B. *Cenários da Igreja*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *Jovens em tempo de pós-modernidade: considerações socioculturais e pastorais*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. Cenários da Igreja num mundo plural e fragmentado. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. Coleção Faje.

_____. Linguagens sobre Jesus: as linguagens das juventudes e da libertação. São Paulo: Paulus, 2013.

MARIZ, Cecília Loreto. Catolicismo no Brasil Contemporâneo: reavivamento e diversidade. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARTINS, Andrea. “Catolicismo contemporâneo: tratando da diversidade a partir da experiência religiosa dos fiéis”. In: E. de C. Gomes (Org.). Dinâmicas contemporâneas do fenômeno religioso na sociedade brasileira. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

NOVAES, Regina R. “Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política”. In: ABRAMO, H. W. et. al. (Org.) Juventude em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz a diferença? In: ABRAMO, Helena W. (Org.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

PINHEIRO, Diógenes et al (Orgs). Agenda Juventude Brasil – Leituras sobre uma década de mudanças. Rio de Janeiro, UNIRIO, 2016.

PRANDI, Reginaldo. Um sopro do espírito: a renovação conservadora do catolicismo carismático. São Paulo: EDUSP, 1998.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Juventude Católica: o novo discurso da Teologia da Libertação. São Carlos: EDUSFCar, 2012.

SOFIATI, Flávio Munhoz; MOREIRA, Alberto da Silva. Catolicismo brasileiro: um painel da literatura contemporânea. *Religião & Sociedade*. [online]. 2018, vol.38, n.2, pp.277-301. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872018000200277&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 10 de fev de 2019.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org). Religiões em movimento: o CENSO de 2010. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.